

A influência do anarquismo nas construções sobre educação na Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT

CRYSTIANE LEANDRO PERES[1]

Introdução

A Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT ou Primeira Internacional já foi objeto de inúmeros estudos com diferentes abordagens tanto pela história quanto por outras áreas do conhecimento. Essa multiplicidade de visões se justifica pela relevância que a organização teve para a construção e desenvolvimento de iniciativas de resistência da classe trabalhadora ao longo dos séculos XIX e XX, além de sua importância para o surgimento do pensamento socialista.

O olhar que se volta para a AIT está marcado pela conjuntura em que se propõe esta empreitada, reforçando determinados elementos em detrimento de outros, conforme necessidades e interesses, e da perspectiva política em questão. Mesmo com uma multiplicidade de abordagens, ainda são escassas as iniciativas que se voltam para o estudo da Associação a partir da análise dos diferentes agrupamentos europeus que a compunham, ou seja, suas bases (seções da Internacional, sociedades de resistência e/ou outras organizações que compunham a AIT), e das elaborações resultantes da aproximação e dos debates entre estes agrupamentos que se davam, em sua forma mais completa, em Congressos anuais. Esta limitação pode ser justificada através das disputas políticas e teóricas pelas quais a AIT se tornou referência posteriormente. Marcello Musto (2014), que organizou uma antologia de textos sobre a Internacional, afirma que o momento histórico atual permite superar o que ele chamou de uma "abordagem de influência soviética" tão prevalecente até então, que aponta Karl Marx como único responsável pelo surgimento da AIT e pelo seu funcionamento enquanto durou.

Outro elemento que pode influenciar e justificar uma análise superficial da Primeira Internacional seria a dificuldade de acesso a fontes que apresentem este tipo de material (atas,

[1] Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bolsista CAPES-DS.

relatos, etc). De qualquer forma, é possível sustentar que, não fossem as influências políticas e teóricas, as dificuldades com as fontes não representariam tão grande impedimento.

O principal material disponível para auxiliar uma pesquisa minuciosa sobre a AIT foi organizado pelo historiador Jacques Freymond e reunido na obra *La Primera Internacional (Volumes 1 e 2)* (1973). Os dois volumes apresentam os processos verbais – como denomina Freymond – ou atas dos congressos do primeiro período da AIT (Congresso de Genebra - 1866; Congresso de Lausanne - 1867; Congresso de Bruxelas - 1868; Congresso de Basiléia - 1869; Conferência de Londres -1871; e, Congresso de Haia - 1872). A obra pode ser encontrada apenas em espanhol e francês e atualmente são poucos os volumes disponíveis para consulta principalmente no Brasil.

A referência dos processos verbais para compreensão da história da Primeira Internacional busca justamente superar possíveis equívocos tendenciosos que as fontes secundárias podem conter. As atas dos Congressos refletem da forma mais minuciosa possível as construções dos delegados e organizações filiadas à AIT e possibilitam perceber a origem das propostas apresentadas, bem como os caminhos para as deliberações finais dos Congressos. Como ressalta Freymond

> *Estes processos verbais são, como se poderá constatar, essenciais para a compreensão da evolução das ideias sociais e do movimento operário. Em tais processos se encontra o clima de uma época e as preciosas manifestações das preocupações e das reivindicações operárias. Pode seguir-se aqui, através dos debates sérios e apaixonados, a inclinação progressiva da Internacional do proudhonismo ao coletivismo*[2] *(FREYMOND, 1973: 38).*

Seguindo esta tendência de referenciar um estudo sobre a AIT a partir de fontes primárias, os textos produzidos por membros da Associação que publicaram impressões pessoais sobre os Congressos também são um referência importante. James Guillaume em *A Internacional: documentos e recordações 1* (2009) reúne artigos de jornais, documentos, resoluções e cartas que, somados ao testemunho do próprio Guillaume, permitem analisar a história da organização e seus rumos.

A partir destes materiais, o presente artigo tem por objetivo apresentar os principais debates e resoluções sobre o tema da educação realizados nos três primeiros Congressos da AIT (Congresso de Genebra – 1866; Congresso de Lausanne – 1867; Congresso de Bruxelas – 1868). A restrição a estes três momentos[3] deve-se, primeiramente, à percepção de que é

---

[2] As citações à obra de Jacques Freymond serão apresentadas em português com tradução da autora.

[3] Considerando a primeira fase da AIT, ainda restaria o Congresso de Basiléia (1869), Conferência de Londres (1871) e o Congresso de Haya (1872).

possível dispor de material suficiente e com complexidade necessária para análise, mesmo se tratando de período inicial da Associação. Além disso, há a identificação de uma linha comum no que se refere às ideias predominantes nestes momentos entre os internacionalistas. A escolha pelo tema da educação se justifica pela relevância dada ao mesmo pelos próprios operários, pelo nível de detalhamento como é tratado o assunto nos Congressos e pela atualidade das reflexões realizadas em meados do século XIX, haja visto os entraves e debates sobre a educação da classe trabalhadora nos dias de hoje.

Os debates e resoluções sobre educação nos Congressos da AIT de 1866, 1867 e 1868

Desde sua fundação a temática da educação esteva presente nas reflexões e reivindicações dos trabalhadores participantes da Associação. Através do relatório de administração do Conselho Geral de Londres e de dissertações de diferentes Seções da AIT (GUILLAUME, 2009) apresentados no 1º Congresso de Genebra, o ensino já se configurava como tema central, seja de forma direta, com propostas sobre como este deveria se realizar na visão dos membros da AIT, ou de forma indireta, quando tratava de outras questões em que se produziria reflexos na discussão sobre a educação.

Analisar os debates do Congresso de Genebra (1866) a partir das fontes disponíveis não é tarefa fácil, pois tanto Jacques Freymond quanto James Guillame apontam a inexistência de um informe detalhado oficial deste evento. Freymond, em *La Primera Internacional* (1973), opta pela publicação de três relatos disponíveis, sendo: relatório lido no Congresso seguinte da AIT (Lausanne, 1867) e publicado em *Le Courrier International* em março de 1867; folheto redigido pelo delegado polonês J. Card e publicado em Genebra pela tipografia J.-C. Ducommum e G. Oettinger em 1866; e memória dos delegados franceses no Congresso de Genebra. Durante o Congresso de Lausanne (1867), o Conselho Geral apontou as dificuldades que impediram a publicação do informe detalhado do encontro de 1866 e Guillaume alerta para os problemas da ausência deste documento, referindo-se inclusive ao relatório de Card como muito incompleto.

A Memória da Federação Jurassiana (Suíça) sobre o encontro de Genebra, retomada por Guillaume, registra que, na perspectiva dos membros da AIT naquela localidade, “as discussões foram quase inteiramente dirigidas pelos mutualistas parisienses, Tolain, André Murat, Friburg, e, excetuando a adoção dos Estatutos, o Congresso não tomou nenhuma decisão de real importância” (GUILLAUME, 2009: 49).

A indicação sobre a relevância dos temas abordados no 1º Congresso pela Federação do Jura está influenciada pelas expectativas destes membros sobre o evento e sobre a própria AIT. A mesma memória ressalta isso:

> *naquele momento, nesse período embrionário em que a Internacional buscava-se a si mesma, nenhuma das Seções de nossa região tinha ainda consciência do alcance real do ato que haviam realizado ao criar a Associação Internacional dos Trabalhadores; não se concebia outra solução para os problemas econômicos além da cooperação e das reformas legislativas, e o programa de La Voix de l´Avenir exprimia bastante fielmente as tendências gerais dos operários suíços (Ibid: 49-50)*

Mas apesar destes primeiros passos no caminhar da Associação e que deram ao Congresso de Genebra um caráter preliminar dos trabalhos, o tema da educação foi intensamente debatido. Dentre as onze questões que compreendiam a ordem do dia do Congresso[4], em ao menos quatro delas foi discutido o ensino: 1º combinação dos esforços, por meio da Associação, para a luta do trabalho contra o capital; 2º redução das horas de trabalho; 3º trabalho das mulheres e das crianças; e, 10º ideias religiosas, sua influência sobre o movimento social, político e intelectual.

As principais conclusões foram

> *a sociedade não pode permitir, nem a pais nem a patrões, empregar para o trabalho crianças e jovens, a menos que combine este trabalho produtivo com a educação. Por educação entendemos três coisas: Educação mental; Educação corporal, produzida por exercícios de ginástica e militares; Educação tecnológica, abraçando os princípios gerais e científicos de qualquer produção e ao mesmo tempo iniciando as crianças e jovens no manejo de instrumentos elementares em toda indústria. À divisão de crianças e jovens em três graus de 9 a 18 anos, deve corresponder a uma gradual e progressiva educação mental, ginástica e tecnológica. Excetuando talvez o primeiro grupo, a manutenção destas escolas politécnicas deve em parte cobrir-se com a venda de seus próprios produtos. (FREYMOND, 1973: 81)*

Definiu-se ainda que "a instrução pelo Estado é logicamente um programa uniforme que deve ter por fim modelar as inteligências segundo um tipo único; isto seria a negação da vida, a atrofia geral. A instrução familiar é a única que pode formar homens. A família é a base da sociedade" (Ibid: 129)

Tanto Freymond quanto Guillaume apontam a influência das ideias do francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) sobre parte significativa dos operários participantes da AIT. Apesar de Proudhon haver falecido no ano anterior ao Congresso de Genebra, a sua atuação

---

[4] Guillaume encontra esta informação sistematizada em uma brochura publica em Bruxelas em 1866 pela redação de La Rive Gauche.

política e produção teórica, disseminada desde os anos 1830, haviam alcançado inúmeros adeptos na França e países vizinhos. Benjamin Gastineau, em artigo referindo-se à Proudhon alguns dias após sua morte, afirma que "antes de morrer, P.-J. Proudhon enterrou a velha economia e a velha síntese política; ele mobiliou o cérebro popular de saudáveis doutrinas e nutriu com sua forte medula duas gerações" (GASTINEAU, 2015: 10). Através dos processos verbais dos três primeiros congressos da AIT, essa influência de Proudhon se mostra em todos os aspectos discutidos nos encontros.

A comprovação da influência de Proudhon na abordagem educacional que prevalece no primeiro congresso da AIT, para além das linhas gerais da proposta e de algumas citações nominais a ele nos debates da plenária, encontra-se no texto selecionado por Freymond para complementar os relatos sobre o encontro de Genebra. A Memória dos Delegados Franceses no Congresso de Genebra, em diversos momentos ao tratar do tema da educação, reproduz de forma literal textos de Proudhon em que a educação foi abordada. As pesquisadoras Helen dos Santos Lázaro e Luiza Angélica Paschoeto Guimarães apresentam na obra *O Pensamento de Proudhon em Educação* (2015) uma análise específica sobre o tema e excertos de textos do pensador francês. Trechos de *Ideia Geral da Revolução no Século XIX* (1851) são reproduzidos em vários momentos pelos delegados franceses. Além deste, também é possível perceber influência das argumentações presentes em *Da Justiça na Revolução e na Igreja (vol 2)* (1858) e Da *Capacidade Política das Classes Operárias* (1865).

Cada uma das obras de Proudhon apresentadas como referência aborda de maneira mais incisiva um aspecto do projeto educacional, provavelmente enquanto respostas a questões da conjuntura,característica de toda obra e pensamento de Proudhon. Em *Ideia Geral da Revolução no Século XIX* o autor contesta o Estado enquanto intermediário na educação e em outros temas, considerando que seu objetivo é exclusivamente o de executar o programa burguês em sua plenitude. Desta forma, seria do interesse do Estado e dos industriais manter uma instrução do povo que privilegiasse a separação entre instrução e aprendizagem, separação esta que teria relação direta com as desigualdades sociais e a separação entre as classes.

Já em *Da Justiça na Revolução e na Igreja* são feitas críticas severas às limitações da atuação da igreja enquanto educadora, visto que esta não possui qualquer aproximação com as atividades produtivas necessárias para a sociedade, não trata das ciências e, portanto, "a igreja (...) é inútil à educação. Longe de servi-la, ela só pode falseá-la, carregando a consciência de motivos impuros e alimentando a covardia, princípio de toda degradação" (PROUDHON, 2015: 87-88). Por fim, na obra *Da Capacidade Política das Classes Operárias,* publicado às

vésperas de sua morte, Proudhon apresenta um debate parlamentar em torno da educação e de medidas governamentais sobre a questão, criticando a posição de liberais defensores do ensino gratuito e obrigatório. Ele busca comprovar que a cobertura dos gastos com educação realizados diretamente pelas famílias dos operários e/ou através da produção resultante do trabalho aprendiz seria mais proveitosa aos operários do que aquela em que o Estado se responsabiliza. Nesse sentido, as associações operárias teriam papel importante e tornam-se centros de produção e de ensino. Apesar de já constar em 1866 este papel das associações operárias no âmbito educacional, os proudhonianos se esforçavam em defender a função da mulher enquanto educadora familiar distanciando-a do ambiente fabril e a soberania da família enquanto definidora da educação de seus filhos, inclusive do seu alcance e métodos.

A identificação de semelhanças no que defendia majoritariamente a AIT e, mais do que isso, a reprodução de textos de Proudhon nos materiais examinados não deixam dúvidas quanto à influência do mutualista sobre os operários da época. Contudo, não se tratava de um consenso nem de uma questão superada.

A memória dos delegados franceses trazia também o registro da "opinião da minoria", texto assinado pelos delegados da seção de Paris, Bourdon (gravador) e Varlin (encadernador). Os delegados, baseados nos princípios de justiça e liberdade, como afirmavam, combatiam veementemente a instrução familiar, colocando a necessidade de responsabilização total da sociedade pelo ensino das crianças, tanto do ponto de vista do conteúdo educacional quanto da cobertura de seus gastos. O documento dizia:

> *Em nosso espírito, a administração central, depois de ter formulado um programa de estudos englobando somente noções essenciais e de utilidade universal deixaria às comunidades o cuidado de incluir o que lhes pareceria bom e útil em relação aos lugares, costumes e indústria do país e escolher seus professores, abrir e dirigir suas escolas (FREYMOND, 1973: 168).*

O registro de outra perspectiva diferente daquela colocada majoritariamente no Congresso nos permite acompanhar os possíveis avanços ou retrocessos desta posição então colocada como minoritária. Permite ainda explicitar a principal divergência no que diz respeito à educação nos primeiros anos de fundação da Associação: quem ou qual instituição/organização seria responsável por executar o projeto educacional desenhado pela AIT? Quem financiaria esta iniciativa? Em Genebra a posição dos mutualistas proudhonianos sai vitoriosa, mas ainda não significaria o esgotamento do debate.

O segundo congresso da Associação ocorreu na cidade de Lausanne, na Suíça, em 1867, sendo o processo verbal do encontro publicado já no mesmo ano no periódico *La Voix*

de l´Avenir. A partir de então os registros dos congressos e as publicações dos mesmos são regulares e oficiais, o que contribui para a análise dos acontecimentos.

A educação voltou a ser pauta no Congresso de Lausanne, tendo inclusive maior destaque ao tornar-se ponto de pauta específico e estruturado: "Quinta questão. Funções sociais. Papel do homem e da mulher na sociedade. Educação das crianças. Ensino integral. Liberdade de ensino. Fonografia[5]." (FREYMOND, 1973: 194). Como dinâmica de funcionamento do congresso, a fim de garantir o cumprimento do programa proposto para o encontro, as questões eram debatidas inicialmente através de comissões responsáveis. De imediato, com a análise da composição da comissão responsável pela quinta questão, percebe-se um elemento relevante para o estudo aqui proposto: esta foi composta apenas por membros oriundos da Suíça Francesa, sendo Cuendet-Kunz (fabricante de instrumentos musicais), de Saint-Croix; James Guillaume (professor), do Locle; Pierre Coullery (doutor em medicina), de Chaux-de-Fonds; Blanc (professor), de Carouge; Félix Vanza (contador), de Saint-Imier. É possível supor, não havendo qualquer indicação do contrário, que os delegados se candidatavam espontaneamente a compor as comissões, ou seja, não se tratava de um critério impositivo e aleatório, mas uma livre dedicação a questões às quais mais se interessavam ou tivessem domínio. Isso se confirma ao considerar o fato de que dois dos cinco membros da comissão eram professores. A questão da origem dos delegados, neste caso, é um ponto a ser considerado na medida em que estamos nos referindo a uma região em que a influência de P-J. Proudhon prevaleceu durante período significativo.

Primeiramente, a comissão apresentou ao plenário do Congresso a seguinte resolução: "Ensino científico profissional e produtivo; Organização da escola-oficina; Liberdade de ensino, aprovando por completo o ensino obrigatório e gratuito por parte do Estado; e, Organização das escolas primárias, secundárias e normais cooperativas" (Ibid: 226). Esta formulação desencadeou um intenso debate, fazendo ressaltar as principais divergências e dificuldades de acordo entre os delegados.

Como forma de contribuir para o aprofundamento da reflexão o plenário do Congresso tomou conhecimento de duas propostas sobre educação apresentadas pela seção belga – da maioria e da minoria. A proposta da maioria, assinada por A. Vandenhouten[6], León Fontaine

---

[5] Considerando as especificidades e polêmicas em torno do tema da fonografia, este foi retirado do escopo da quinta questão e tratado como ponto em separado. Neste artigo nos ateremos aos pontos que foram abordados enquanto parte do tema da educação, mantidos na quinta questão.

[6] Quando não identificado, as atas não fornecem nome completo ou profissão.

(jornalista) e César de Paepe (tipógrafo), intensifica as críticas ao trabalho da mulher nas oficinas na medida em que contribui para diminuir o salário do homem e priva a família de sua presença, sendo aquela que deve atender as mais variadas demandas do lar e ocupar-se da instrução da família. A mulher teria suas características físicas voltadas para a maternidade, que faria dela uma educadora infantil nata. Portanto, o impedimento do trabalho das mulheres traria soluções para dois problemas: a baixa remuneração dos homens e o fim da necessidade de conduzir os filhos dos operários à educação estatal ou religiosa.

Já a proposta da minoria, também vinda da seção belga e assinada por P. Eslens, Eugenio Hins e Paul Robin (professor), defende que os baixos salários dos homens não se devem à presença das mulheres nas fábricas, mas ocorre por questões estruturais de exploração capitalista. Portanto, a AIT deve esforçar-se em desenvolver entre as mulheres as associações que atualmente não existem e incentivar os homens a federar-se com elas para lutar de comum acordo pela emancipação do trabalho. Esta proposta minoritária chega a considerar um papel relevante da mulher enquanto educadora de crianças na primeira infância (chamado de jardim de infância), mas que em nada implicaria na impossibilidade de retornar ao trabalho fabril terminado este período.

Cabe chamar atenção para a participação e influência, ainda que incipiente, de Paul Robin (1837-1912) no debate sobre educação na AIT já em 1867. Atuando como professor na Bélgica naquele período e demonstrando descontentamento com inúmeros aspectos da educação estatal, Robin já havia iniciado uma trajetória de reflexão e prática sobre o ensino que posteriormente se tornaria referência para o debate sobre pedagogia[7].

Finalizada a leitura das contribuições da seção belga e registradas as intervenções realizadas em plenário, a comissão voltou a se reunir visando elaborar uma nova redação que abarcasse os elementos predominantes da discussão. O quadro a seguir, que apresenta a proposta inicial da comissão e o resultado do segundo esforço em refletir de maneira fiel à posição que prevalecia entre os delegados, possibilita visualizar em quais pontos exatamente houve necessidade de alteração em busca de um acordo.

---

[7] Ver experiência do Orfanato de Cempuis, registrado em inúmeros trabalhos sobre pedagogia libertária.

Primeira proposta da comissão	**Resoluções do Congresso**
"1. Ensino científico, profissional e produtivo;	"1. Ensino científico, profissional e produtivo. Estudo de um programa de ensino integral. (...)
2. Organização de escolas-oficina;	2. Organização da escola-oficina.
3. Liberdade de ensino, aprovando por completo o ensino obrigatório e gratuito por parte do Estado;	3. Considerando que expressão ensino gratuito é um contra-senso, visto que o imposto cobrado dos cidadãos cobre os gastos; mas que o ensino é indispensável, e que nenhum pai de família tem o direito de privar seus filhos dele, o Congresso só concede ao Estado o direito de substituir-se ao pai de família quando este estiver impotente para cumprir com seu dever. De qualquer forma, todo ensino religioso deve ser afastado do programa. (...) (GUILLAUME, 2009: 99)
4. Organização de escolas primárias, secundárias e normais cooperativas." (FREYMOND, 1973: 226)	

Através da comparação entre a primeira e a segunda versão da resolução percebe-se mais uma vez a prevalência da posição mutualista que, praticamente, elimina o poder de intervenção do Estado em matéria de ensino e ressalta a necessidade de cobertura dos gastos diretamente pelas famílias ou pela produção derivada da junção entre ensino e produção. Verifica-se apenas uma mudança no que se convencionou chamar de liberdade e obrigatoriedade do ensino. As famílias, a partir do que se decidiu em Lausanne, teriam de se submeter a algum controle da coletividade na medida em que o acesso dos filhos à educação não se restringiria mais a uma decisão privada.

Quanto ao encaminhamento sobre a realização de estudo de um programa de ensino integral, percebe-se a necessidade de avançar do ponto de vista prático como subsídio para implementação de projetos educacionais populares. Por fim, a superação da proposta sobre organização de escolas primárias, secundárias e normais cooperativas se dá em decorrência da conclusão de que a prevalência do ensino científico, profissional e produtivo, além das escolas-oficina, não demandaria mais este tipo de iniciativa.

Os acontecimentos ligados à questão operária ocorridos entre 1867 e 1868 na Europa, mais especificamente entre os Congressos da AIT de Lausanne e de Bruxelas, trazem impactos significativos para a Associação. Dentre os acontecimentos, não resta dúvidas que a eclosão de sucessivas greves influenciou a linha política da organização e provocou uma expansão da AIT, com o aumento no número de seções e filiações. Por outro lado, despertou, em definitivo, a necessidade de controle e repressão por parte da burguesia.

Nesta linha, a atuação dos operários da construção civil de Genebra em uma greve realizada entre os meses de março e abril de 1868 merece destaque. Nesta oportunidade pode-se indicar uma atuação mais efetiva da AIT enquanto órgão articulador da luta operária internacional na medida em que se dedicou ao apoio incondicional ao movimento, em especial organizando coletas de recursos para o fundo de caixa grevista em diversos países e entre diferentes categorias de trabalhadores, divulgando os fatos nas localidades onde tinha alcance e contando com militantes presentes e ativos em Genebra durante os dias de greve. Segundo Guillaume, "diante da formidável unanimidade dos operários de Genebra, os patrões compreenderam que deviam ceder, concordaram em negociar com seus operários, e estes obtiveram quase todas as reivindicações que haviam apresentado" (Ibid: 148). A vitória econômica através do atendimento às reivindicações da greve estava dada, mas, mais do que isso, estava consolidado um avanço político da organização que se confirmava com a preocupação de patrões e governos com a AIT expressada através da repressão e da imprensa.

O início do Congresso de Bruxelas (1868) é dedicado a um longo exercício de análise da atuação da organização desde sua fundação até aquele momento e a ampla maioria das intervenções de delegados de diferentes países relatou crescimento da organização em número de filiados e aumento da repressão, além da exaltação das greves enquanto instrumento de luta dos trabalhadores.

As greves podem parecer tema distante da questão educacional, mas, segundo os próprios delegados na AIT, havia a ideia de um projeto político coeso que contemplasse os diversos aspectos de uma nova sociedade, sejam eles econômicos ou educacionais. O tema da greve esteve também sujeito às influências da conjuntura. A greve para os mutualistas, apesar de não ser descartada, não estava colocada como uma ferramenta fundamental para a luta operária. A percepção deste agrupamento nos debates da AIT pode ser exemplificada através do informe da seção de Lieja (Bélgica), lido durante os debates sobre o tema da greve (6ª questão) em Bruxelas, quando os operários oriundos desta localidade afirmam – com referências diretas à Proudhon – que a greve intensifica e separa ainda mais duas classes que, ao contrário, deveriam fundir-se (FREYMOND, 1973). Esta perspectiva colocada pelos membros de Lieja é superada diante das argumentações contidas nos demais informes lidos (seções de Genebra e Bruxelas) e nos debates em plenária. Não se tratava ainda de uma ruptura com o mutualismo, mas o início da construção de uma nova perspectiva predominante na AIT.

A mesma linha que prevaleceu quando se tratou das greves no Congresso de Bruxelas pôde ser percebida em se tratando da educação. Não enquanto uma mudança drástica ou

ruptura na organização, mas como pequenas alterações relacionadas às vivências dos operários e que demandavam um novo ponto de reflexão.

O debate sobre a questão *"Da Instrução Integral"* no Congresso é subsidiada pelas formulações de cinco agrupamentos da AIT: Seção de Bruxelas, Encadernadores de Paris, Seção de Lieja, Círculo de Rouen e seções de Genebra. Parte destas propostas busca, inclusive, contemplar a resolução definida no Congresso de Lausanne de se produzir um *estudo de um programa de ensino integral*, ou seja, são formulações complexas que avançam em questões práticas da educação. Contudo, a resolução final alcançada se concentra no aspecto da execução das práticas educacionais, conforme registra Guillaume

> *O Congresso convida as diferentes Seções a estabelecer cursos públicos seguindo um programa de ensino científico, profissional e produtivo, quer dizer, ensino integral, para remediar tanto quanto seja possível a insuficiência da instrução que os operários recebem atualmente. É evidente que a redução da jornada de trabalho é considerada como uma condição prévia indispensável (GUILLAUME, 2009: 161).*

De imediato, percebe-se uma mudança substancial em relação às conclusões sobre instrução tomadas nos congressos anteriores. Em detrimento da instrução familiar, tão presente nos debates de 1866 e 1867, primou-se definitivamente pela atuação das próprias organizações operárias enquanto realizadoras de iniciativas educacionais, ou seja, as iniciativas de instrução deveriam ocorrer em âmbito coletivo. Vale ressaltar aquilo que ficou ausente da resolução por não ter sido possível alcançar acordo: quem seria responsável e de que maneira deveria ser financiada a educação.

A análise de cada um dos informes apresentados em Bruxelas nos permite compreender como chegaram a uma conclusão. A proposta apresentada pela Seção de Bruxelas buscou defender justamente que a intervenção de um "órgão da coletividade" não permitiria a reprodução de desigualdades oriundas de "azares de nascimento, de fortuna e de circunstâncias exteriores" (FREYMOND, 1973: 430), possíveis num sistema de instrução familiar. Além disso, a Seção de Bruxelas apresenta o que ainda hoje poderiam ser consideradas propostas inovadoras em matéria de educação, como a superação da autoridade questionando a importância do papel do professor, a ampla liberdade de ação entre os estudantes, a observação individual, a experiência, entre outros mecanismos de aprendizagem. Apesar de não constar assinatura nominal para a redação desta proposta oriunda de Bruxelas,

é possível considerar a influência de Eugenio Hins, delegado no Congresso, e Paul Robin[8], em sua formulação. Hins e Robin são dois dos três autores da "proposta da minoria" sobre instrução apresentada ao Congresso de Lausanne no ano anterior.

O segundo informe, dos encadernadores de Paris, dedicou-se a aprofundar a crítica à parte da resolução sobre instrução aprovada em Lausanne, questionando fortemente a instrução familiar, em consonância com a linha defendida pela seção de Bruxelas. Segundo eles, a instrução familiar não garantiria justiça e igualdade de acesso e sobrecarregaria as famílias operárias e, portanto, seria necessário defender o Estado como responsável pela execução da educação. A defesa da atuação do Estado se basearia na ideia de que a instrução pública é de interesse geral e que seus gastos deveriam ser repartidos por toda a sociedade, beneficiária de toda educação. Vale ressaltar que Eugene Varlin, membro da seção parisiense da AIT, e que por sua atuação estava preso durante o Congresso de Bruxelas, já havia se manifestado, juntamente com Bourdon, sobre o tema da instrução enquanto "opinião da minoria" no 1º Congresso da AIT em Genebra.

Os membros da seção de Lieja seguiram defendendo princípios proudhonianos: "a instrução pelo Estado, longe de ser gratuita, custa mais caro. Do ponto de vista humanitário, destruiria toda espontaneidade individual" (Ibid: 444). Contudo, não chegaram a defender a instrução familiar e propuseram a educação executada através de associações operárias, fazendo-se cumprir a máxima da AIT de que "*a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*", mesmo sem que essa educação ocorresse no âmbito do lar. As propostas do chamado Círculo de Rouen[9] se aproximavam da posição defendida pela seção de Lieja, com professores formando corporações para o ensino que responderiam diretamente à opinião pública sem a interferência do Estado.

Por último, as seções de Genebra apresentaram suas propostas sobre a questão do ensino que, assim como a proposta de Bruxelas, apresentavam um nível de detalhamento considerável. É necessário destacar da proposta oriunda de Genebra a execução do ensino através do Estado, garantindo a sustentação financeira através do recolhimento de impostos. A inclusão do Estado como executor da educação não é livre de preocupação por parte dos delegados, que fazem questão de reforçar que "pela palavra Estado não entendemos o poder de um só ou de uma casta, mas a mesma sociedade" (Ibid: 460), ou seja, seria necessária uma

---

8 Segundo Raynaud (2014) neste período Paul Robin ainda atuava como professor em Bruxelas.

9 Segundo Marcel Boivin, Círculo de Estudos Econômicos de Rouen.

mudança na estrutura estatal para alcançar o objetivo defendido. Merece destaque um ponto importante: que a instrução, apartada de déspotas, burgueses e da igreja, seria um meio de reunir os diversos elementos revolucionários.

Sendo assim, com a resolução aprovada, remete-se novamente ao Congresso seguinte a discussão sobre um programa de instrução integral. Mas nesse momento se constrói a definição sobre a necessidade de auto-organização dos trabalhadores para garantir acesso à educação e que a instrução não deve obedecer preceitos colocados pelo Estado, por patrões ou pela igreja.

Considerações Finais

Analisar as reflexões e experiências históricas dos trabalhadores em meio a sua luta por sobrevivência e por uma sociedade justa, livre da exploração burguesa, nos abre um campo fértil para pensar diferentes aspectos da sociedade ainda hoje. A questão específica da educação não foge à regra, ainda que o estudo esteja restrito aos primeiros anos de criação da AIT, podemos destacar a sua atualidade e complexidade.

A centralidade do tema da educação, conforme aponta Hugues Lenoir, é indiscutível para os membros da AIT na medida em que a transformam em uma questão a ser debatida em Congressos e defendem uma capacidade própria de realizar o ensino e a formação dos trabalhadores enquanto mecanismo de emancipação. Ou seja, que ela seja realizada pelo povo para o povo (LENOIR, 2007). Nos primeiros anos de atuação da AIT, ainda prevalecerá uma forte influência dos escritos de Pierre-Joseph Proudhon nos debates e resoluções entre os internacionalistas. Os processos verbais dos Congressos não deixam dúvidas quanto a isso, seja na intervenção individual de delegados, seja nas construções coletivas de seções e agrupamentos filiados à AIT entre 1866 e 1868. É sabido, porém, que nos congressos posteriores esta abordagem da educação na AIT sofrerá alterações.

Os relatos dos congressos também evidenciam a defesa de um projeto de educação – mais uma vez com base em formulações anteriores de Proudhon – em que não haja a fragmentação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Esta separação praticada pela educação estatal e religiosa estaria, segundo a AIT, na base das distinções de classe e na opressão vivida pelo operariado. As escolas-oficina ou a defesa de uma proposta que aliasse educação mental, corporal e tecnológica ao trabalho produtivo, como defendido no Congresso de Genebra já em 1866, indicam a persistência desta perspectiva. Assim como a defesa de um ensino profissional, científico e produtivo, apresentado no encontro de Lausanne em 1867 e as

intervenções de diferentes agrupamentos no Congresso de Bruxelas, mesmo que divergindo em outras questões, são elementos que reforçam essa interpretação.

Por outro lado, as divergências sobre a responsabilidade pela execução da instrução e o seu financiamento renderam um interessante debate ao longo dos primeiros anos da Internacional. A condenação da educação estatal prevalente de forma hegemônica nos primeiros congressos traz em sua argumentação a denúncia de uma educação uniformizadora e impeditiva do desenvolvimento das aptidões individuais, além de proliferadora dos valores burgueses, elementos importantes para reflexão posterior sobre a o assunto em ambiente coletivo. A defesa da instrução familiar também permite uma reflexão sobre as reais oportunidades que esta estratégia oferece e abre um campo para o debate sobre o trabalho e a organização das mulheres.

Analisar o conjunto das formulações de cada congresso permite concluir que as resoluções sobre educação encampadas pelos Congressos da AIT acompanham as mudanças gerais de tendência política verificadas no interior da mesma. Se houve uma hegemonia nos dois primeiros congressos do mutualismo proudhoniano enquanto projeto defendido pelos delegados, a partir de 1868 verificamos o caminho para uma alteração de perspectivas. As experiências vivenciadas pelo movimento operário ao longo dos anos vão trazendo novas possibilidades e desafios aos trabalhadores, que respondem de imediato na luta cotidiana. Contudo, não é possível considerar uma ruptura, mas uma linha que conduz a novos caminhos sem romper com as bases construídas.

Por fim, ressaltamos que a análise aqui apresentada indica que a formulação, intervenção e defesa da temática da educação em suas diferentes abordagens no âmbito da AIT se restringiu às seções e delegados marcados pela influência do mutualismo proudhoniano e do que se indicava como princípio do coletivismo. Tampouco, no período analisado, é possível identificar uma hegemonia ou sequer influência de Karl Marx ou outras correntes nas proposições que versavam sobre outros aspectos aos quais delegados haviam se dedicado durante os congressos.

Trazer à tona os reais protagonistas, neste caso, garante não somente o cumprimento das regras metodológicas e do fazer ciência, mas, mais do que isso, garante o devido destaque àqueles que mesmo diante das dificuldades impostas pela condição de operários contribuíram enormemente para história da educação e para a prática de uma educação popular.

Referências Bibliográficas

BOIVIN, Marcel. **Le mouvement ouvrier dans la région de Rouen**: 1851-1876. Rouen: Univ. Rouen Havre, 1989. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=1ynM-F8edV8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false. Acessado em: julho/2017.

CODELLO, Francesco. **A boa educação: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neil.** Volume1. São Paulo: Imaginário: Ícone, 2007.

ENCKEL, Marianne. *A AIT: a aprendizagem do sindicalismo e da política*. In: **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano: IMES, Observatório de Políticas Públicas, 2004.

GASTINEAU, Benjamin. Pierre-Joseph Proudhon. Sua vida e sua obra. In COELHO, Plínio Augusto (org.). **Estudos proudhonianos**. São Paulo: Intermezzo, 2015.

MORAES. José Damiro. Tempo de aprender, tempo de trabalhar, tempo de lazer: educação integral em Paul Robin. In: **Revista Educação Libertária - teoria e prática libertárias em educação**. São Paulo/Rio de Janeiro. n 2. Março de 2014.

FREYMOND, Jacques. **La Primera Internacional.** Vols I e II. Madrid: Edita Zero, 1973.

GUILLAUME, James. **A Internacional: documentos e recordações.** Vol. I. São Paulo: Imaginário, 2009.

LENOIR, Hugues. **Educar para emancipar**. São Paulo: Imaginário; Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

LIPIANSKY, Edmond Marc. **A pedagogia libertária**. São Paulo: Imaginário: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

MALON, Benoît. **A Internacional: sua história e seus princípio**s. São Paulo: Imaginário, 2014.

MUSTO, Marcello (org.). **Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PROUDHON, Pierre-Joseph; LAZARO, Helen dos Santos; GUIMARÃES, Luiza A. Paschoeto. **O Pensamento de Proudhon em educação.** São Paulo: Intermezzo, 2015.

RAYNAUD, Jean-Marc. Paul Robin e o orfanato de Cempuis. In: **Revista Educação Libertária - teoria e prática libertárias em educação**. São Paulo/Rio de Janeiro. n 2. Março de 2014.

SAMIS, Alexandre. **Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris**. São Paulo: Hedra, 2011.